



FOMENTO PÚBLICO PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DAS FEIRAS LIVRES DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ (SC)

Daiane Pavan

Silvio Santos Junior

Resumo: A agricultura familiar tem papel relevante historicamente no município de Chapecó (SC), uma vez que seu desenvolvimento perpassa por um modelo agroindustrial pautado na oriunda da agricultura familiar em um sistema de integração junto as agroindústrias. Com o passar do tempo, as famílias sentiram a necessidade de diversificação da produção e as atividades, desta forma surgem as iniciativas públicas em parceria com os agricultores para viabilizar a criação de espaços de comercialização de produtos oriundos diretamente do campo para o consumidor, assim surgem as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC). Neste contexto, este estudo tem como objetivo identificar a percepção dos agricultores familiares sobre as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC. Trata-se de um estudo de caso de caráter descritivo, qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados uma entrevista semiestruturada com 12 famílias de agricultores feirantes e observação não participativa. Os resultados da pesquisa demonstraram que as feiras livres representam uma alternativa para diversificação de renda e produção, acesso aos mercados e permanência na atividade rural, além de uma demonstração da identidade cultural do cooperativismo da região Oeste de Santa Catarina, uma vez que surgiram em uma parceria entre poder público municipal, agricultores familiares e população em geral. Destaca-se também a capacidade de organização dos agricultores em promover um ambiente favorável à competitividade, com interferência parcial governamental, o que por sua vez concede autonomia decisiva aos feirantes e mantém o programa por tanto tempo em atividade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura familiar; Feiras livres.

1 INTRODUÇÃO

O município de Chapecó (SC), *lócus* de pesquisa deste estudo localizado na região Oeste de Santa Catarina, com influência inicialmente indígena, seguida pela ocupação dos caboclos e pelos colonizadores, predominantemente de descendência étnica alemã, italiana e polonesa, oriundos do Rio Grande do Sul. A agricultura familiar possui significância neste processo mediante sua contribuição no desenvolvimento das estruturas econômicas e na compreensão da dinâmica produtiva e cultural do território.

A partir de 1970, o município de Chapecó, viveu um acelerado crescimento econômico e aumento populacional no meio urbano, estimulado pela instalação de



agroindústrias, enquanto em contrapartida, surgiram a concentração de renda e o êxodo rural motivado, entre outras, pelas oportunidades no meio urbano do município. Para mitigar estes efeitos, o poder público desenvolveu, a partir de 1990, projetos de fomento para a agricultura familiar, e, nesta carteira, constituíram-se as Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos em 1997 nas quais os produtores comercializam seus produtos diretamente aos consumidores (SEDEMA, 1997).

Neste contexto, o estudo propõe-se a responder a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos agricultores familiares sobre as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC?

Para tanto, tem-se como objetivo geral identificar a percepção dos agricultores familiares sobre as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC. Para seu êxito constituem-se os objetivos específicos da pesquisa: a) identificar as possíveis contribuições do fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar no município; b) verificar a percepção dos agricultores familiares feirantes quanto às políticas públicas para a agricultura familiar; b) descrever as melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar. Este estudo justifica-se mediante a necessidade do poder público, das associações e sindicatos vinculados à agricultura familiar em analisar o fomento público para o fortalecimento da atividade rural no município, oportunizando a reflexão sobre os projetos ofertados.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de caráter qualitativo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada a 12 agricultores feirantes, bem como a utilização da observação não participante nos pontos de venda. Para a interpretação dos dados qualitativos utilizou-se a análise narrativa.

O artigo apresenta, na sequência, uma revisão teórica sobre alguns aspectos da política pública para a agricultura familiar, seguidos dos procedimentos metodológicos e da discussão dos achados e considerações finais.

2. POLITICAS PÚBLICAS

A política pública enquanto área do conhecimento origina-se nos Estados Unidos com a análise da produção dos governos e não mais sobre a análise do Estado e suas



instituições. Enquanto na Europa estudavam-se as teorias a respeito do papel do Estado, nos Estados Unidos buscou-se compreender a ação dos governos em prol da sociedade. Estudos estes iniciados por Laswell, Simon, Lindblom e Easton (SOUZA, 2006).

Souza (2006) afirma que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, sendo que várias enfatizam o papel das políticas na solução dos problemas. A mais conhecida definição continua sendo a de Laswell (1936/1958), na qual implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24). Estas definições concentram foco nas questões relacionadas ao papel dos governos, desconsiderando outros aspectos relacionados a relações conflituosas, bem como possíveis parcerias entre entidades e o Estado.

Segundo Secchi (2010, p. 2), “uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública.” Desse modo, as políticas públicas partem do pressuposto do tratamento de um problema coletivo, como, por exemplo, a manutenção da agricultura familiar no Brasil, mediante sua relevância social, econômica ou ambiental, assim, criam-se políticas para fomento e manutenção da atividade.

O protagonismo no estabelecimento de políticas públicas pode ter uma abordagem estatista ou multicêntrica. Na estatista (*state-centered policy-making*), a qual considera as políticas públicas um monopólio do estado, conforme Secchi (2010, p. 2) “o que determina se uma política é ou não ‘pública’ é a personalidade jurídica do ator protagonista.” Na abordagem multicêntrica se considera organizações privadas ou não governamentais como organismos multilaterais, ou seja, que constituem uma rede de políticas públicas (*policy networks*) em parceria com os atores públicos (SECCHI, 2010).

No objeto de pesquisa deste estudo, as feiras livres, a abordagem multicêntrica emerge por meio da constituição do programa, elaborado em forma de parceria entre o poder público, agricultores, familiares, sindicatos, associações e sociedade, que unidos criaram um canal de comercialização entre os produtores e os consumidores.

O processo de formulação de políticas públicas é influenciado de diversas formas, como, por exemplo, pelos representantes do governo naquele tempo em que a política está sendo elaborada, uma vez que estes têm a capacidade decisória e podem deliberar por ações que refletem suas preferências, privilegiando regiões, condições econômicas, setores



da sociedade, etc. Já os impactos de uma política pública podem ser percebidos mediante os resultados econômicos e sociais, sendo condicionados às ações e reações dos agentes envolvidos no processo (SCARTASCINI et al., 2013).

Segundo Souza (2006), por mais que exista a delegação de poder para grupos sociais comunitários, os governos continuam sendo os tomadores de decisão sobre as situações-problema e desenhando as políticas para enfrentá-las.

Existem elementos principais de um modelo de política pública, os quais se destacam: aqueles que permitem distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz; envolvem vários atores e níveis de decisão; são abrangentes e não se limitam a leis e regras; são ações intencionais, com objetivos a serem alcançados; embora tenham impactos no curto prazo, são políticas de longo prazo incluindo implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

Quanto às modalidades de políticas públicas, considerando o entendimento de sua finalidade como forma de respostas organizadas pela sociedade para problemas coletivos, por meio de um sistema político com vistas a suprir a demanda da população, destacam-se algumas modalidades, sendo apresentadas as principais com base no grau de intervenção, abrangência dos possíveis benefícios e os impactos que podem causar aos beneficiários, conforme estudo de Kehrig (2005), descrito no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Modalidades de políticas públicas

	Modalidade	Concepção
Quanto à natureza ou grau de intervenção	Estrutural	Busca interferir em relações estruturais, como renda, emprego, produtividade.
	Conjuntural ou emergencial	Tem o objetivo de amenizar uma situação temporária.
Quanto à abrangência dos possíveis benefícios	Universais	Para todos os cidadãos.
	Segmentais	Caracterizado por um fator determinado, como idade, condições físicas, gênero, etc.
	Fragmentadas	Destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.
Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários	Distributivas	Visam distribuir benefícios individuais, costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo.
	Redistributivas	Visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, gerando conflitos.
	Regulatória	Visam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade.

Fonte: elaborado pela autora com base em Kehrig (2005, p. 35-36).



As modalidades de políticas públicas empregam-se mediante suas próprias características, a região em que está inserida, o público-alvo e uma gama de fatores que no processo de análise da política devem ser considerados, objetivando contribuir para a solução de um problema coletivo.

As políticas públicas, uma vez formuladas, deveriam ser executadas e, para tanto, devem ter um acompanhamento e avaliação, para compreender todas as dimensões e implicações, tornando-se uma importante ferramenta de gestão do Estado. Para tanto, Kehrig (2005) sugere a criação de roteiros de análise de políticas públicas, nos quais aponta diretrizes de mudança e as ações a serem implantadas na sequência. Desse modo, destaca-se que as políticas públicas dependem de agentes para o fomento das iniciativas, da capacidade de interpretação da realidade e da consideração da racionalidade limitada dos tomadores de decisão.

Assim, é importante considerar que toda política pública encontrará resistências e apoios, sendo que as decisões perpassam por diversas arenas e para que o resultado destas seja positivo torna-se fundamental a relação entre agentes públicos, entidades de pesquisa e desenvolvimento, e população que será influenciada pelas políticas, visando ao resultado favorável coletivo.

2.1 As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil historicamente vive um processo desafiador, uma vez que desde 1850, com a institucionalização da Lei das Terras, a concepção de agricultura era pautada em grandes áreas de terra com assalariados, não promovendo um modelo de desenvolvimento rural visando à pequena propriedade. Somente a partir da Constituição de 1988, e com a elaboração da Lei Agrícola de 1991, é que, via movimentos sindicais, incluíram-se políticas de crédito voltadas aos pequenos produtores (COSTA et al., 2008).

Assim, partir dos anos noventa do século passado, criaram-se alguns mecanismos objetivando fortalecer e desenvolver a agricultura familiar. Este novo contexto brasileiro é descrito por Cancelier et al. (2005, p. 3): “pela primeira vez são criados leis que beneficiam e reconhecem o agricultor familiar como um segmento diferenciado, que merece ser atendido pelo governo.” Este processo de criação das políticas públicas ocorreu em razão do



contexto macroeconômico de mudanças políticas e da crescente necessidade de intervenção estatal mediante a exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais (COSTA et al., 2008).

Em 1994, entidades de representação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR – CUT), exerceram pressão sob o governo por meio de mobilizações sociais, criando o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) (SILVA; SOUZA, 2007).

Neste contexto, sob pressões sociais organizadas por movimentos sociais, como o Grito da Terra Brasil, em 28 de junho de 1996, por meio do Decreto Federal n. 1.946¹, surge então o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa de geração de renda e agregação de valor, uma vez que este financia projetos individuais ou coletivos que geram renda e crescimento às propriedades rurais.

Inicialmente, o Pronaf concedia créditos para custeio aos agricultores, o que limitava a aquisição de bens para melhoria ou ampliação da produção, assim, em 1996 o governo ampliou a oferta de linhas de crédito incluindo os financiamentos para investimento, infraestrutura, qualificação, entre outros, a taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento estendidos. Após estas mudanças o programa expandiu-se tanto em número de contratos quanto em abrangência territorial (SILVA; SOUZA, 2007).

O Pronaf, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2014) tem seus recursos utilizados para custear a produção e a aquisição de máquinas, implementos para diversos setores, o que por sua vez aquece outros setores da economia. O programa é operacionalizado em diversos agentes financeiros, os quais compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo alguns: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia que possuem vínculo com BNDES, Bancoob, Bansicredi, Febraban e associados.

Em 1999, o Pronaf torna-se um programa governamental, ampliando sua abrangência e funcionalidade com a missão de combater as desigualdades geradas pelo processo de modernização e padronização da agricultura; o programa dividiu-se em três eixos de ação, sendo: Pronaf Infraestrutura / Pronaf-M; Pronaf Crédito / Pronaf-C e Pronaf

¹ Decreto Presidencial n. 1.946, de 28 de junho de 1996, revogado pelo Decreto n. 3.200 de 1999.



Capacitação Estas linhas de ação têm como intuito estruturar fisicamente, conceder crédito para fomentar a produção e capacitar para manter e comercializar. Assim, o Pronaf tornou-se o principal programa institucional do governo federal no desenvolvimento da agricultura familiar, tanto por sua evolução em volumes de contratos e recursos quanto por sua abrangência territorial (COSTA et al. (2008, p. 7)..

Os recursos disponibilizados pelo programa impactam na capacidade produtiva das propriedades por meio da aquisição de maquinário moderno, crédito para plantio, infraestrutura e melhoria na estrutura local (estradas, locais de vendas) que somados a projetos locais, como as feiras livres, estimulam os agricultores a investir nas propriedades e permanecer na atividade rural.

Assim, em 2006 se estabelecem as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conforme a Lei n. 11.326, a qual considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural. Esta legislação estabelece os requisitos para enquadramento como agricultor familiar e os instrumentos para o fortalecimento da atividade rural.

Mediante esta relevância, atualmente, existem diversos programas e projetos nas três esferas do poder público (federal, estadual e municipal). Estas iniciativas públicas são desenvolvidas de maneira conjunta entre os órgãos de fomento facilitando a permanência na atividade e o aprimoramento das técnicas de trabalho.

Dentre a carteira de programas e projetos públicos voltados à agricultura familiar, neste estudo serão analisadas as Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC), um projeto público municipal, criado em 1997, para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar no município diretamente aos consumidores como forma de manutenção da atividade rural.

2.2 As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos como iniciativa pública local

As feiras livres no Brasil, constituíram-se historicamente como espaços constituíram-se com sentido além das relações comerciais, sendo a base para formação sócio cultural



das localidades, conforme descrito na sequência, este cenário replica-se para as feiras livres localizadas na cidade de Chapecó.

O município destaca-se pelo crescimento acelerado nos aspectos populacionais, econômicos tendo como base do crescimento a da instalação de conglomerados agroindustriais, bem como por ser rota de passagem para países do Mercosul. Historicamente, o município de Chapecó constituiu-se com base na atividade rural, distribuída em pequenas propriedades rurais, com produção voltada à subsistência.

O processo de colonização do município propiciou a divisão das terras em pequenas propriedades, e, com a instalação de frigoríficos, como a Sadia, a Chapecó Industrial e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, possibilitou o aprimoramento da atividade da suinocultura como economicamente viável, ademais da adequação fundiária à atividade, por meio da integração (FUJITA, 2013).

Nas décadas de 1970 e 1980 a atividade frigorífica já se encontrava consolidada, e o governo do Estado aumenta o processo de envio dos recursos para a região, assim, entre outros fatores, em 10 anos a população do município teve um aumento de 67,98%, sendo que os residentes no meio rural passaram de 59% em 1970 para 34% em 1980, uma redução de 25%, enquanto no meio urbano passou de 41,08% para 66% respectivamente, ou seja, as agroindústrias demandavam mão de obra e a população rural migrava para o espaço urbano, visando aos benefícios da renda fixa e atraídos pelas condições de vida urbana (IBGE, 2010).

A partir de 1990 a indústria frigorífica passa a exigir dos produtores padrões de produção, de acordo com as demandas dos contratos internacionais para comercialização dos produtos, o que, por sua vez, gera a necessidade de investimentos e adaptação das propriedades rurais e o aumento do êxodo rural.

Mesmo com a redução gradual da população rural em Chapecó, destaca-se que de 2000 para 2010 esta população teve um incremento de 3.027 habitantes, contrariando a tendência histórica, havendo a contenção do êxodo rural. Tais acontecimentos podem ser creditados às políticas públicas desenvolvidas no município para este segmento, sendo este tema para estudos futuros.

Os produtores rurais organizados em grupos buscam diferenciar-se da grande agroindústria pela comercialização de “produtos coloniais”, os quais são produtos



processados em estabelecimentos agrícolas pelos agricultores, com finalidade de autoconsumo familiar e o excedente para comercialização (DORIGON, 2010).

Os pequenos agricultores que optavam por produzir sem a integração das agroindústrias necessitavam diversificar a renda, assim passaram a comercializar produtos, como salames, queijos, doces e geleias, conservas de hortaliças, massas, biscoitos e açúcar mascavo, entre outros, para comercialização direta ao consumidor. E, muitas vezes, por meio do mercado informal (DORIGON, 2010).

Neste contexto, em 1998, da articulação entre a população urbana, pequenos agricultores e o poder público municipal surge a primeira Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, localizada na região central da cidade, com infraestrutura em formato de bancas fixas, espaço cultural, sanitários e estacionamento. No espaço foram abrigadas 26 bancas, nas quais 60 famílias comercializavam seus produtos (CANCELIER et al., 2005).

Para participar das feiras existiam alguns critérios: (a) ser agricultor familiar com produção agroecológica; (b) estar cadastrado na Secretaria da Agricultura de Chapecó; (c) ser associado à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), ou à Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (Aprofec), ou à Cooperativa dos Agricultores Familiares (Cooperfamiliar), ou à Associação dos Apicultores ou à Associação dos Aquicultores (SEDEMA, 2013).

A Prefeitura Municipal de Chapecó faz o custeio de despesas com a locação dos terrenos nos quais as feiras funcionam, enquanto os agricultores arcam com despesas relacionadas à energia elétrica, água e imposto predial e territorial urbano (IPTU). Outra condição disposta aos feirantes é a isenção fiscal de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), favorecendo a redução de custos. Em contrapartida, a prefeitura fornece aos agricultores uma listagem com dois preços, sendo um o valor médio menos 20% do cobrado pelo mercado e o outro o menor entre quatro pesquisados, assim orienta-se que os feirantes mantenham seus preços abaixo dos dois valores, mas não existe normatização ou fiscalização quanto a esta orientação (SEDEMA, 2013).

Em 2013 eram 10 pontos de venda distribuídos em todas as regiões do município, nos quais são comercializados produtos, como: hortaliças, frutas, leite e derivados, mel, ervas medicinais, vegetais, panificados (pães, bolos, biscoitos, pizza, etc.), ovos, carnes e



derivados, artesanato, flores e plantas ornamentais, e peixe. O programa é composto por 90 bancas de venda, contemplando em 2013, 60 famílias diretamente, observando que alguns produtores atuam em mais de uma banca em bairros diferentes.

A Prefeitura Municipal de Chapecó por meio da Sedema, em 2013, oferta 13 programas aos agricultores, em parcerias com o governo do Estado de Santa Catarina e Governo Federal, sendo que as famílias têm a autonomia de participar em mais de um programa, desde que se enquadrem nas normativas legais. Também, estabelece uma rede de atendimento especializado em inspeções sanitárias, inseminação artificial, acompanhamento social em parceria com a secretária de assistência social e a promoção da segurança alimentar (SEDEMA, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que o estudo se viabilize torna-se necessário um conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca de conhecimentos, que irão auxiliar na tomada de decisão do pesquisador (GIL, 2010). Neste sentido, seguem os procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

A delimitação do estudo deu-se no contexto da percepção dos agricultores familiares das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) quanto ao fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo executado de agosto de 2013 a agosto de 2014. O *lócus* de pesquisa localiza-se na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, na cidade de Chapecó, o qual o público pesquisado foi composto por 12 famílias de agricultores familiares.

Neste contexto, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que conforme Godoy (1995) a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos que estão sendo estudada a partir das perspectivas dos participantes. O procedimento adotado na classificação da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo YIN (2010, p.39) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real”, neste caso as feiras livres do município de Chapecó (SC).



A coleta de dados deu-se por meio de entrevista semiestruturada aplicada a 12 agricultores feirantes, bem como a utilização da observação não participante nos pontos de venda. Para a interpretação dos dados qualitativos utilizou-se a análise narrativa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme objetivos do estudo, nesta seção serão discutidos os resultados encontrados quanto a percepção dos agricultores familiares participantes das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) quanto às políticas públicas e as possíveis melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar.

4.1 Influência do fomento público nas Feiras Livres

O fomento público possui influência na agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina de maneira histórica, seja pela divisão das terras no início do processo de colonização, sendo determinante para o modelo de propriedade rural enquanto minifúndio ou como agente da promoção de alternativas de desenvolvimento por meio de políticas públicas que visem solucionar problemas comuns, assegurados por legislações específicas.

As políticas públicas, para Secchi (2010), partem do pressuposto da resolução de uma problemática coletiva, nesse caso, as feiras livres surgiram como alternativa para auxiliar na manutenção da atividade rural no município de Chapecó, bem como proporcionar o acesso a alimentos do meio rural diretamente aos consumidores, sendo uma parceria entre poder público, agricultores e sociedade.

Neste intuito, visando analisar a percepção dos agricultores feirantes que participam das feiras livres, questionou-se aspectos históricos, a percepção quanto à ação do poder público na promoção da agricultura familiar. Neste programa a relação entre o fomento público e a permanência da atividade possui relação direta com o ambiente institucional que as famílias estão inseridas.

A forma de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar possui influências sobre o desenvolvimento econômico. Dessa forma, torna-se necessária a compreensão histórica desta comercialização e a influência das ações públicas neste processo enquanto incentivador da diversificação de cultivo e renda.



Para tanto, questionou-se aos agricultores feirantes como a família comercializava sua produção antes de inserir-se nas feiras, obtendo respostas na maioria semelhantes ao expresso pela família 9: “Era integrado da Aurora, depois vendi uma parte da terra, pois fiquei viúvo e os filhos foram embora e iniciei com a fabricação de pães, bolos, pizzas e bolachas”, ou da família 5: “Vendia milho para a cooperativa (Coooperalfa), era um dinheiro seguro, recebia certinho, mas ganhava pouco, então resolvemos largar, foi 20 anos com eles (cooperativa)” (informações verbais), relatos semelhantes foram expressos pelas famílias 3, 10, 11 e 12.

Na análise das falas citadas é perceptível a relação das agroindústrias da região com a agricultura familiar, mediante o sistema de integração que, por décadas, impulsionou os investimentos e rentabilidade no campo, por consequência, gerando atratividade e desenvolvimento urbano para o município.

A exigência dos conglomerados agroindustriais aos agricultores familiares integrados promoveu, em muitos casos, a desistência da atividade vinculada às agroindústrias, dando espaço para a criação de outras formas de renda, geradas pela diversificação produtiva (DORIGON, 2010). Nesse contexto surgem canais de comercialização diferenciados, como a venda direta nas residências, em pequenos estabelecimentos ou mesmo na propriedade da família, assim diversificando produção e renda, além de suprir a demanda do consumo popular por produtos oriundos da agricultura familiar.

Estes canais de comercialização passaram a ser alternativas de produção e renda para os agricultores e oportunidade de consumo popular de produtos oriundos da agricultura familiar. Somados a este processo de mudança as políticas públicas funcionaram como estruturas de estímulos para a agricultura familiar por meio de programas, como as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, sendo uma opção aos agricultores para substituir o sistema de integração das agroindústrias.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar também acontecia de maneira informal, conforme destaca a família 2: “Vendia em pequenos mercados e entregava nas casas duas vezes por semana” (informação verbal). Esta relação de compra e venda realizada sem formalidades, ainda é uma alternativa para algumas famílias, mas caracteriza-se como forma de complementação de renda, onde os produtos são comercializados na



propriedade quando o consumidor procura ou mesmo no caminho para casa comercializam o excedente das feiras diretamente nas residências.

Esta capacidade de adaptação da agricultura familiar é destacada por Lamarche (1998, p. 239), “a atividade ocupa um espaço próprio, no qual tem a capacidade de adaptar-se aos contextos sociais e políticos no qual foi exposta historicamente”, seja pela necessidade de moldar-se aos mercados, pelas exigências dos consumidores, legislações, ou fornecedores. Assim, também se destaca a capacidade que as propriedades tiveram em adaptar-se na saída do sistema agroindustrial para a comercialização de outras formas, como diretamente aos consumidores, programas públicos ou entidades privadas.

Desse modo, destaca-se que a criação das feiras livres propiciaram, na percepção dos agricultores beneficiados, alterações na agricultura familiar do município, seja pela nova forma de geração de renda mediante a saída do sistema de integração, seja pela organização do trabalho familiar na agricultura.

4.2 A percepção quanto às políticas públicas para a agricultura familiar

As políticas públicas são influenciadas pelas lutas de interesse dos atores presentes na arena social e visam suprir uma necessidade coletiva. Conforme Kehrig (2005, p. 98), “uma política pública começa a ter vida material, quando deixa de ser um simples ‘estado de coisas’ frente às necessidades sociais e incômodos pela desatenção às demandas públicas.” Estes iniciam e tendem a mobilizar as lideranças e autoridades para tornar-se pauta de discussão e análise conjunta, mediante a exposição das diversas realidades e percepções acerca da problemática.

Para Kehrig (2005), uma modalidade de política pública deve considerar o entendimento de sua finalidade em forma de respostas organizadas pela sociedade, por meio de um sistema político, com o objetivo de suprir as demandas da população. No caso das feiras livres do município de Chapecó, a legislação para transformação do projeto em política pública está em elaboração, dependendo de articulação política e pressões sociais para implementação.

Mediante as modalidades de políticas públicas e os elementos da pesquisa, considera-se que as feiras livres quanto à natureza apresentam-se como estrutural, pois



buscam interferir em relações estruturais, como renda, emprego e produtividade (KEHRIG, 2005). Essas modalidades são definidas com base nas características da mesma, a região em que está inserida, o público-alvo e uma gama de fatores que, no processo de análise da política, deve ser considerada.

Quanto à abrangência da política pública considera-se segmentais, sendo esta, de acordo com Kehrig (2005, p. 35), “caracterizada por um fato como idade, condições físicas, gênero, etc.”, nesse caso atendem especificamente os agricultores familiares, e regulatórias mediante os impactos causados aos beneficiários, pois possui regras formais e informais que limitam as ações dos indivíduos participantes.

As iniciativas públicas sejam elas concebidas isoladamente ou em forma de parceria, como é o caso das feiras, possuem em sua essência o objetivo de interferir em uma realizada para modificá-la, gerando melhorias para o público-alvo. Partindo deste pressuposto, questionou-se os agricultores se as feiras livres geraram contribuições para que a propriedade expandisse a variedade de produtos, sendo que 92,31% informaram que sim e 7,69% consideraram que não houve contribuições, sendo as razões descritas na sequência.

Visando identificar a ascensão a partir do ingresso nas feiras questionou-se quais as melhorias que houve na propriedade após o ingresso na feira. As melhorias podem ser percebidas na renda, aquisição de bens e diversificação da produção, conforme descrito pela família 5: “teve [sic] o aumento da renda com outros produtos e não somente a criação de frangos de antes. Saímos dos frangos que dava muito trabalho e pouco dinheiro para as feiras que são melhores” (informação verbal), ou seja, a feira propiciou a alteração na dinâmica produtiva da propriedade com a desistência do sistema de integração e adaptação da propriedade para outros produtos.

As feiras livres geraram oportunidade para o agricultor familiar empreender e se sentir independente, conforme cita a família 7: “A feira trouxe renda, consegui abrir meu negócio e trabalhando em casa! Devido a minha idade é difícil arrumar emprego e por não ter estudo, complica. Ah, também comprei meu carro, aquele ali.” Conquistas materiais e a ascensão dos filhos são destacadas pela família 9: “Comprei um carro, me ocupo, consegui formar uma filha e ela foi estudar na Itália, me orgulho muito dela [olhos marejados]” As aquisições materiais são compartilhadas também pelas famílias 1, 3, 4, 6, 8, 10 e 12, desde



a aquisição de maquinário, até equipamentos para entretenimento, como televisão a cabo, eletroeletrônicos, aumento da quantidade de animais na propriedade e reservas financeiras.

Durante a observação de campo percebeu-se, pelas expressões faciais, a satisfação e o orgulho dos agricultores em conseguir sua independência, mesmo saindo do sistema de integração da agroindústria, a capacidade de obter renda para gerar conforto aos familiares e educação aos filhos é perceptível, mesmo que estes não retornem à propriedade após a formação.

A participação dos agricultores nas feiras livres acontece de maneira voluntária, bem como a permanência no projeto, dessa forma, torna-se relevante verificar se eles indicariam a participação nas feiras a outros agricultores, visando identificar aspectos do ambiente institucional que contribuem para a criação desta visão.

De tal modo, visando identificar aspectos que construíram a percepção dos agricultores sobre as feiras livres, questionou-se se eles indicariam a participação nas feiras a outros agricultores bem como os motivos para a indicação. Neste aspecto, observou-se que a maioria dos entrevistados faria a indicação por algumas razões, como: aumento e garantia de renda, quantidade comercializada, incentivo do órgão público com o custeio do local (estrutura e terreno) para a realização da feira e o ambiente de cooperação entre os membros do projeto.

Tal percepção positiva das feiras pode ser verificada mediante algumas expressões, a exemplo da família 7: “Sim, é uma ótima oportunidade de ter renda e ser dono do próprio comércio”, reforçado pela família 1: “Eu indicaria, pois deveria sempre ter mais agricultores com produtos diferentes, pois chama mais fregueses.” (informações verbais). Aspectos mercadológicos como diferenciais nos produtos também emergem nas respostas, como a da família 4: “Indicaria, mas só se eles tivessem produtos diferentes, por que se precisar fazer investimentos pra produzir o risco é muito alto, como eu nas hortaliças por causa do tempo (clima) é arriscado, não tem garantia”, confirmado pela família 11, a qual destaca as exigências sanitárias e a carga tributária como fatores de cautela para o investimento na atividade. “Sim, pois se não fosse a feira muitos não estariam no interior, mas depende do produto que vai trazer não é viável, por causa das taxas, no salame, 17% da carne e tem muita cobrança e pouco incentivo.” (informações verbais).



Para tanto, a percepção do público participante da política pública representa uma importante ferramenta de gestão pública para o aprimoramento de ações e a criação de novas iniciativas que venham a suprir demandas da população. Nesse contexto, buscou-se identificar se os agricultores feirantes conhecem e/ou utilizam os programas públicos voltados para a agricultura familiar, uma vez que direta ou indiretamente este pode afetar o ambiente institucional da feira.

Assim, verificou-se que todos os respondentes têm conhecimento da existência de programas para a agricultura familiar, sendo que as famílias 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 utilizam destes para geração de competitividade e renda, sendo o PAA e o PNAE os principais a serem utilizados. Mediante as respostas observa-se uma visão estadista das políticas públicas, conforme Secchi (2010) esta abordagem trata o poder público como um monopólio responsável por prover os programas e projetos que viabilizem a manutenção das atividades.

As famílias 2, 3, 9, 11 e 12 conhecem que existem os programas, mas não fazem uso, por alguns motivos: procedimentos burocráticos para adentrar nos programas; limite de venda aos programas prejudicando a rentabilidade da propriedade, uma vez que os valores máximos dos programas por família é baixo na percepção dos agricultores; não tem interesse em programas, pois já possuem renda e mercado suficientes para a manutenção familiar.

O fato de os agricultores conhecerem os programas, mas não aderirem em razão de fatores estruturais, como burocracia e limite de venda, demonstra uma fragilidade no processo de elaboração das políticas públicas, onde se deve considerar a região em que estará sendo implementada, as características locais da atividade e o público-alvo (KEHRIG, 2005). A exemplo disto destaca-se o limite de venda anual de produtos em valores para os programas públicos; para a região Oeste de Santa Catarina onde a produtividade e o custo de vida são elevados os valores apresentam-se baixos, obrigando os agricultores a buscar outros canais de comercialização.

A informação de que os agricultores conhecem a existência das políticas públicas específicas para a agricultura familiar proporciona a reflexão quanto à avaliação destes sobre as iniciativas. Entre os respondentes 46,15% consideram as ações regulares,



seguidos de 38,46% que as entendem como boas e 15,58% como ótimas; nenhum respondente considera ruim ou sem contribuição.

Kehrig (2005) sugere a criação de roteiros de análise das políticas públicas, nos quais aponta diretrizes de mudança e as ações a serem implantadas na sequência, pois se deve considerar a racionalidade limitada dos agentes que as formulam e executam, as percepções dos agentes envolvidos, para que estas sejam propulsoras de aprimoramentos.

Na continuidade da investigação quanto à percepção dos agricultores feirantes sobre as políticas públicas buscou-se verificar os aspectos positivos no desenvolvimento da atividade rural, considerando indicadores, como: legislação, acesso aos mercados, exigências dos consumidores e organização da classe.

Verificou-se que a totalidade dos feirantes considera a possibilidade do acesso aos consumidores por meio da venda direta nas feiras livres um aspecto de incentivo e manutenção para a atividade, bem como a oportunidade de trabalhar em um negócio que envolve os membros da família e perpetua a agricultura para as demais gerações, como ilustra a fala da família 12 “O movimento de venda é ótimo, trabalhar com a família é muito bom, ensinar os filhos que não precisam vir pra cidade pra ter uma boa vida. Tem espaço pra todo mundo, mas tem gente que prefere trabalhar de empregado por causa da carteira assinada”.

Desse modo, destaca-se as feiras livres enquanto modalidade de políticas públicas em seu grau de intervenção, já que de acordo com Kehrig (2005) apresenta-se de maneira estrutural, pois busca interferir em relações estruturais, como renda, empresa e produtividade. As feiras livres contribuem diretamente para renda dos agricultores, as melhorias das condições de vida e a possibilidade de redução do êxodo rural da população jovem e a transformação da atividade rural em um negócio familiar que perpetue por gerações.

Os aspectos negativos do desenvolvimento da atividade rural foram retratados, visando contrapor aos positivos e a partir destes refletir sobre ações que poderiam melhorar tais percepções. Nesse contexto, destacam-se algumas expressões, principalmente, relacionadas à atuação do poder público, como os procedimentos para acesso aos programas quanto às condições estruturais das feiras, conforme a família 4: “A prefeitura privilegia alguns agricultores, são sempre os mesmos nas coisas. O valor limite de venda no



PAA é muito baixo não compensa, deveria ser melhor distribuído e organizado”, bem como a família 9: “Muito imposto pouco incentivo. Falta apoio do governo lá em cima (federal) para o pequeno produtor.” (informações verbais).

Outro aspecto de destaque surge novamente relacionado aos limites de valores para a venda dos produtos das famílias para os programas vinculados ao poder público, de acordo com a família 6: “O valor limite de venda para o PAA e o programa da merenda escolar [PNAE] é muito baixo. A infraestrutura da feira aqui no bairro poderia ser melhor, porque é velha e não chama as pessoas”, complementados pela família 11: “Não é só convidar [a prefeitura] para participar do PAA ou da merenda, falta incentivo em estradas, técnicos que são caros e a reforma de algumas feiras que já são velhas.” (informações verbais).

Os processos de comunicação dos programas públicos disponíveis para a agricultura familiar apresentam-se falhos na percepção dos agricultores, conforme a família 7: “A prefeitura não avisa muito quando tem chance de se inscrever nos programas para vender, às vezes fico sabendo mas já terminou as inscrições. As cotas são de valores baixos não vale a pena tanto papel para pouco valor no ano.” (informação verbal). O fato de os agricultores conseguirem uma renda média de R\$ 4.460,00, oriunda da feira livre, pode contribuir para a criação e a percepção de que os valores dos demais programas, projetos são baixos, uma vez que estes privilegiam a feira devido ao retorno financeiro, clientela formada, estrutura física, entre outros.

Diante dos relatos, percebe-se certa insatisfação dos agricultores familiares feirantes em relação à organização dos programas e os valores destinados à comercialização dos produtos a estes, aprimorando a necessidade de considerarem-se os fatores locais no momento da elaboração de políticas públicas, como produtividade, estrutura de incentivos, capacidade produtiva, para adequar cada ação ao contexto regional e, posteriormente, a aplicação de roteiros de avaliação das mesmas (KEHRIG, 2005).

A Sedema divulga aos feirantes as oportunidades, ante a falta de adesão canaliza os recursos para os agricultores que não têm acesso às feiras livres, objetivando proporcionar acesso aos mercados a outras famílias, contribuindo para a permanência na atividade rural, o que caracteriza uma política redistributiva.



O acesso aos recursos financeiros para a agricultura familiar foi destacado pelos agricultores, mas com ressalvas à necessidade de assistência técnica para o emprego destes valores nas propriedades, conforme exposto pela família 10: “[...] existem muitos financiamentos mais deveriam ensinar a usar o dinheiro, pois muitos se endividam e não dão mais a volta, daí vendem a terra pra pagar o banco.” (informação verbal). A assistência para investimentos financeiros apresenta-se como uma necessidade a ser suprida, uma vez que estes recursos são incentivos institucionais, os quais, bem empregados, podem gerar o desenvolvimento e o crescimento da agricultura familiar.

Este processo passa pela profissionalização da gestão das propriedades rurais, transformando-as em negócios rentáveis, com produtividade elevada, processos de produção que utilizem as tecnologias disponíveis, geração de empregos e mão de obra qualificada, assim os mesmos poderão sentir-se estimulados a diversificar os locais de venda gerando desenvolvimento e permanência na atividade rural com qualidade de vida.

4.3 Melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar

Os programas públicos para o fomento da agricultura familiar, como, por exemplo, as feiras livres representam, entre outras, uma oportunidade de renda, de permanência da família na atividade rural, aquisição de bens e melhoria da qualidade de vida.

Diante de tamanha relevância buscou-se verificar as possíveis melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar que poderiam contribuir com a atividade, neste momento observou-se na entrevista a satisfação do feirante em expor suas necessidades. Inicialmente, destaca-se a necessidade dos agricultores para a divulgação das feiras nos bairros e, principalmente, da comercialização dos benefícios da alimentação com orgânicos, sendo “ Precisamos de mais divulgação da importância de consumir produtos orgânicos, incentivo fiscal para produtos orgânicos, pois os feirantes contribuem com impostos, incentivam o comércio e (precisamos) ter mais segurança para produzir hortaliças devido ao tempo (clima)”.

Para tanto, destaca-se a relevância do marketing nas feiras, uma vez que o projeto está há 16 anos no mercado, mas necessita de disseminação dos produtos comercializados a todos os municípios, principalmente, para os pontos de feira localizados nos bairros, pois



estes são recentes e necessitam gerar confiança entre os consumidores habituados em comprar nas feiras localizadas no centro da cidade.

O preço de venda também se destaca nas expressões, sendo este uma restrição formal imposta aos agricultores pela Sedema, uma vez que esta fornece uma tabela com os preços médios a serem praticados nas feiras, caracterizando-se como uma formalidade que regulamenta o mercado e restringe a ação humana, conforme a família 4: “O preço deveria ser mais justo, pois é produtor orgânico. Seria bom divulgar mais as vantagens dos orgânicos daí as pessoas vinham comprar e não reclamavam do preço.” (informação verbal).

A participação do poder público junto à agricultura familiar, na percepção dos agricultores, apresenta-se na fala da família 8: “Acho que deveria ter menos papéis porque é muita coisa para conseguir vender pra prefeitura deveria ser mais fácil. A prefeitura parece que faz de propósito dificultar as coisas.” O poder público é visto no provedor de todas as condições para o desenvolvimento da atividade rural, não considerando o fato de que a sustentabilidade da atividade está condicionada também a fatores oriundos da categoria, como organização, mobilização e a busca de novas estratégias de acesso aos mercados.

As feiras livres do município de Chapecó foram idealizadas pela parceria entre agricultores, poder público e sociedade, mas, para as famílias 7, 4, 6 e 1 a responsabilidade de manutenção estrutural dos espaços de comercialização é da Sedema, conforme expresso pela família 7: “[...] a condição das barracas poderia ser melhor, tem mato no terreno, quando chove não conseguimos fazer a feira porque é aberto e parece sujo.” (informação verbal).

Esta expressão ressalta a relação de dependência criada pelo poder público ao longo dos anos de existência da feira junto aos agricultores, gerando a percepção de que a manutenção das estruturas das feiras é de responsabilidade do poder público, mesmo que o projeto tenha sido idealizado por um conjunto de agentes. Assim, destaca-se a relevância da integração entre a Sedema e a Aprofec, uma vez que se os agricultores participarem do planejamento, compreenderão que o projeto pertence aos diversos agentes, poder público, feirantes e comunidade.

As melhorias para a agricultura familiar, apontadas pelos agricultores familiares são diversas; em alguns aspectos convergem, principalmente, no que se refere à necessidade



de profissionalização da gestão das feiras e das propriedades. Para tanto, considera-se que as estruturas governamentais de incentivo têm como objetivo promover o desenvolvimento rural, especialmente, da agricultura familiar, mediante sua relevância para as localidades.

Além da profissionalização, a manutenção nas propriedades rurais depende de diversos fatores, como a tecnologia no sistema produtivo, a mão de obra qualificada, o conhecimento da gestão das propriedades, as condições político-institucionais mediante acesso ao crédito, canais de comercialização e condições estruturais para a atividade, como meios de transporte, energia, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina possui relação direta com a agricultura familiar, uma vez que seu processo de colonização se iniciou pela formação de pequenas extensões de terra, habitadas por famílias que produziam para subsistência e comercializavam o excedente, assim a economia dos municípios passou a ter como base a produção agrícola.

Este estudo objetivou identificar a percepção dos agricultores familiares sobre as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC. Desta forma, destaca-se que as feiras livres apresentaram-se como uma alternativa de diversificação de renda e produção, sendo que as famílias conseguiram deixar o sistema agroindustrial para comercializar nas feiras, aumentando o *mix* de produtos e possibilidades de acesso aos mercados.

Além disso, destaca-se também a oportunidade de transformar as feiras livres do município em espaços de humanização e sociabilidade, por meio do estímulo ao convívio social, apresentações culturais, visando o aproveitamento da feira enquanto espaço de consumo do imaginário via resgate do sentimento de pertencimento a atividade rural e confiança entre consumidores e feirantes, para tanto torna-se necessário a melhoria estrutural dos espaços, principalmente nos bairros. A ação do poder público, na figura da Sedema, nas feiras livres aconteceu desde a concepção do projeto e nas estruturas de incentivo que o poder público fornece para a sua manutenção.



Deste contexto, destaca-se que as feiras tiveram historicamente relevância na transformação do desenvolvimento regional do município, pois a partir dele pode-se diversificar a produção; oportunizar a relação entre campo e cidade, além de fortalecer a agricultura familiar mitigando o êxodo e outros problemas sociais oriundos do enfraquecimento da atividade rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra 2013/2014**. Brasília – DF: MDA, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.326/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CANCELIER, J. W.; CAMPOS, N. J.; BERTOLLO, V. Agricultura familiar: Possibilidades e estratégias de reprodução; o caso de Chapecó – SC. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Jornada Ariovaldo de Oliveira**. Presidente Prudente, 2005.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M. REYDON, B. P. Agricultura Familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, Rio Branco, Acre. **Anais eletrônicos...** 2008. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/846.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DORIGON, C. O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: ENEC - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 5.; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO TENDÊNCIAS E IDEOLOGIAS DO CONSUMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 1. 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

FUGITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **Geo UERJ**, ano 15, v. 1, n. 24, p. 312-338, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-de-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



IBGE. **Censo demográfico**. Brasília, DF, 2010. Disponível em:
<<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KEHRIG, R. T. **Políticas Públicas**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2005.

LAMARCHE, H. et al. **A agricultura familiar**: comparação internacional do mito à realidade. Tradução Frédéric Bazin: Campinas: Unicamp, 1998.

LASWELL, H.D. **Politics: WEho Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

PREFEITURA DE CHAPECÓ (Município). **Chapecó**: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Chapecó – Sedema, 2014. Disponível em: <www.chapeco.sc.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SCARTASCINI, C.; STEIN, E.; TOMMASI, M. Political Institutions, intertemporal cooperation, and the quality of public policies. **Journal of Applied Economics** [online], May, v. 16, n. 1, p. 1-32, 2013. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/journal/15140326>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006.

SILVA, J. L. M. da; SOUSA, M. A. de. Análise da distribuição dos recursos do Pronaf crédito entre as regiões Nordeste e Sul. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, 2007.